

# Na Indústria, o otimismo vem com cautela.

No meio empresarial, a reação ao pacote do governo foi de cautela e algum otimismo. O diretor do Departamento de Economia da Fiesp, Paulo Francini, disse que não dá para se fazer um programa social e reduzir o déficit público sem mexer em alguma coisa. Para ele, as medidas para conter o déficit são ainda "muito tímidas". Já o senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria, afirmou em Porto Alegre que recebia o pacote com "esperança e confiança".

Francini não acredita que o aumento dos impostos para a indústria vá afetar os investimentos, podendo diminuir a capacidade de investir, mas sem comprometê-la. Ele acredita que a tendência é de repassar os aumentos dos impostos para os preços, salientando que o pacote demonstra que a prioridade do governo é o crescimento da economia. O grande inimigo, disse, "continua sendo a inflação. O pacote corta um componente da inflação, que é o déficit público, mas não inibe o outro componente, que é o crescimento da demanda".

Mário Amato, primeiro vice-presidente da Fiesp, acredita que o pacote "é mais um sacrifício para o qual o empresariado está disposto, desde que haja a contrapartida de efetivo controle do gasto público".

O presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base, Roberto Caluby Vidigal, acredita que "se o governo realmente conseguir conter seus gastos, com as medidas anunciadas, assumindo os sacrifícios de sua parte, os empresários poderão arcar com os sacrifícios do outro lado. Se ficar apenas na intenção, fica doído para o empresário pagar mais, para o governo gastar mais. A unificação dos índices é benéfica, facilita a vida de todos e todos ficam no mesmo barco. Mas é fundamental que o corte nas empresas públicas passe das intenções para o fato. Vender ações de companhias estatais, quando o governo continua detendo o poder destas empresas, é alavancar o capitalismo do Estado".

Salvador Firace, 2º vice-presidente da Fiesp, em uma análise rápida do pacote, disse que a redução de prazos do IPI para determinados segmentos da economia representará um aumento dos custos financeiros, que terão de ser repassados para o custo final do produto. Um dos aspectos positivos, segundo Firace, é a redução da pressão sobre os assalariados.

O otimismo do senador Albano Franco foi compartilhado por alguns dos presidentes de federações de indústrias que também partici-

pam em Porto Alegre, de uma série de encontros e reuniões de trabalho da CNI.

"A taxação dos ganhos de capital especulativo é uma boa medida", observou o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Luiz Octávio Vieira. "Se não se põe os especuladores na cadeia, que, pelo menos, paguem imposto sobre a especulação." Para o presidente da federação do Rio (Firjan), Arthur João Donato, "o presidente pautou o seu pronunciamento pela justiça social e a austeridade na administração pública". O presidente da federação baiana (Fieba), Orlando Moscozo, também elogiou o "pacote". "É uma verdadeira definição de política econômica", comentou.

"Ficou clara", argumentou Albano Franco, "a prioridade do presidente Sarney para o social, com a eliminação dos bolsões de pobreza e o reconhecimento da empresa privada como agente do desenvolvimento econômico. Acho que uma das coisas mais importantes que o presidente disse foi que o imposto é pago para o cidadão receber contrapartida do Estado".

## Febre

Para o empresário João Conrado do Amaral Gurgel, presidente da Gurgel Indústria e Comércio de Veículos, o novo pacote fiscal em

pouco alterará a difícil situação financeira do País. "O Brasil é um doente cujos médicos não acertam o diagnóstico dos males. Vivem aplicando remédios para abaixar a febre, mas não combatem a causa da infecção, que é enxugar os custos e tornar a economia mais produtiva. Desta vez, a febre estava ficando alta demais, então, trocaram o termômetro."

Amaral Gurgel acredita que a inflação somente vai ser reduzida quando o governo "atacar as causas reais do problema". Citando a indústria automobilística como exemplo das "distorções" praticadas pelos condutores da política econômica, afirmou: "O governo controla os preços dos automóveis rigorosamente através do CIP, quando somente 0,5% da população pode comprar um carro novo. Enquanto isso, o governo não controla o preço dos alimentos, que são consumidos por mais de 130 milhões de brasileiros".

Para o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose e vice-presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Horácio Cherkassky, através dessas medidas, o governo está procurando resolver um problema de equilíbrio financeiro muito grave, sem deixar de atender às necessidades sociais.